

## Plano de saúde deve encarecer até 8%

21/03/2009

Estimativa é do próprio setor, que alega alta do dólar e entrada de novos procedimentos no rol de atendimentos

Marinella Castro

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulga o índice de reajuste dos planos de saúde individuais e familiares em maio, mas o segmento já fez suas contas e estima que a fatura fique até 8% mais cara, invertendo a tendência de queda observada no biênio 2008/2009. A inflação do setor acelerada pela alta do dólar, os novos procedimentos incluídos no rol de atendimento das operadoras a partir do ano passado e o reajuste médio de 8% dos planos coletivos compõem a base do cálculo. Seis milhões de usuários em todo o país terão suas mensalidades reajustadas – em Minas Gerais são 800 mil.

No ano passado o aumento autorizado pela ANS foi de 5,48%, ante uma inflação de 5%. O superintendente do Instituto de Estudo de Saúde Suplementar, José Cechin, diz que as despesas das empresas deram um salto em 2008, o que pode justificar o reajuste acima da inflação do período, que tem índice próximo a 6%. "Nossa expectativa é de que a agência seja sensível em sua avaliação de custos, já que procedimentos que antes não eram cobertos passaram a fazer parte das despesas", defende Cechin. "As empresas podem até fazer caridade mas, não é essa a função do setor", completa. Pelos cálculos da Fazio Consultoria, especializada em saúde suplementar o reajuste pode chegar entre 6% e 8%, já que há expectativa de queda do índice em 2010. "Em ano de eleição os reajustes são sempre menores", comenta Pedro Fazio, titular da empresa.

O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) não acompanha a evolução dos custos do segmento, mas a advogada do órgão Daniela Trettel comenta que os reajustes da ANS têm se mantido acima da inflação. O peso da cobertura é significativo para toda a população de usuários, mas a maior pressão é sentida pelos consumidores acima de 60 anos. A cobertura privada consome em média 8% do orçamento doméstico da terceira idade. "Para os planos de saúde, 0,5% de reajuste já representa uma grande pressão no custo de vida", explica o economista da Fundação Getúlio Vargas André Braz, calculando que, para os usuários menores de 60 anos, a saúde consome em média 4% do orçamento.

Apesar de cara, a fatura do plano de saúde é paga rigorosamente em dia pelos seus usuários. O setor tem uma das menores inadimplências do mercado e o índice não ultrapassa 2%. Enquanto setores como o varejo considera inadimplentes consumidores em débito há mais de 90 dias, no caso da saúde atrasar a parcela por mais de dois meses significa estar fora da cobertura. A aposentada e designer Leila de Castro calcula que a saúde privada consome quase 50% do seu orçamento doméstico. "O plano de saúde é muito caro e qualquer aumento faz diferença. A inflação já seria um índice alto demais. Caso o reajuste seja maior que a inflação não sei se continuarei com a mesma cobertura."

Segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Estudos e Desenvolvimento no Setor de Saúde Suplementar (Ibdees), o índice de reajustes equiparado à inflação do período ficará abaixo da aceleração dos custos do setor. Por outro lado, Carlos Eduardo Ferreira, presidente do instituto, defende que as operadoras podem ter uma economia significativa de seus custos caso se tornem mais cooperativas. "O investimento em gestão, prevenção e principalmente a transferência de conhecimento entre empresas é um fator que pode reduzir custos

significativamente.”

No caso dos planos individuais antigos ,que são aqueles contratados antes de 1999, existe liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que permite às operadoras aplicarem a regra de reajuste estabelecida no contrato assinado entre a pessoa física e a empresa. Caso a regra de reajuste prevista no contrato não seja clara, o reajuste anual deve estar limitado ao reajuste máximo estipulado pela ANS ou por meio da celebração de Termo de Compromisso com a agência, mas, neste caso, há necessidade de autorização prévia. Já os planos coletivos são reajustados a partir da livre negociação entre empresas e operadoras.